

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 317

Período: 07/02/2009 a 13/02/2009

GEDES - Brasil

- 1- Coronel reformado é acusado de torturar e seqüestrar pessoas no Regime Militar
- 2- Ministro da Defesa defende que militares operem em obras federais
- 3- Processo sobre Guerrilha do Araguaia permanece sem decisão judicial desde 1982
- 4- Exército é condenado por violar Direitos Humanos
- 5- Transferência da Escola Superior de Guerra (ESG) é considerada inadequada
- 6- Presidente da Namíbia visita Escola Naval brasileira
- 7- Desempenho do Exército brasileiro é elogiado pelo CICV

1- Coronel reformado é acusado de torturar e seqüestrar pessoas no Regime Militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, ex-presos políticos do Estado da Bahia (BA) acusam Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel reformado do Exército, de ter ordenado a prática de torturas no período de Regime Militar (1964-1985) no Brasil. Em seu livro "Rompendo o Silêncio", Ustra defende que a lei aplicada ao cidadão comum não poderia servir para o terrorista. O coronel reformado é conhecido por ser responsável pelos enfrentamentos contra grupos armados, os quais lutavam contra os militares. Os ex-presos alegam que Ustra se utilizou do codinome "doutor Luiz Antônio", no período em que teria ocorrido a chamada Operação Acarajé. Contudo, todas as pessoas apreendidas nessa ação não pertenciam a nenhum grupo ligado a atividade armada. Eram pessoas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), de linhagem oposicionista e pacifista. O Arquivo Nacional tem em mãos atualmente, arquivos sigilosos, que pertenciam ao hoje extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), sobre essa operação. Foram registradas 42 prisões, sendo 14 condenações em primeira instância. O DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações -Centro de Operações de Defesa Interna) da 6ª Região Militar era o órgão responsável pelo gerenciamento da Operação Acarajé. Ustra era o chefe da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE). O coronel reformado exercia suas tarefas além de sua sede, localizada em Brasília (DF). Além disso, comandou DOI-Codi do 2º Exército, em São Paulo (SP) entre 1970 até 1974 . Em 2008, a Justiça de São Paulo decidiu em primeira instância, que Ustra teria cometido atos de tortura e seqüestro nos anos 1972-1973. O coronel rechaça a sentença, afirmando que jamais torturou alguém. Com essa decisão, recorreu ao Tribunal da Justiça. Os ex-presos políticos dizem que nunca se juntaram para recorrerem a uma denúncia em conjunto, pois no ano de 1985 estavam separados politicamente. Paulo Esteves, advogado de Ustra, disse que os dois livros redigidos pelo militar mostram a verdade sobre sua trajetória no Exército (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/02/09).

2- Ministro da Defesa defende que militares operem em obras federais

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Nelson Jobim, ministro da Defesa, reiterou a importância de designar parte das obras federais a serem cumpridas pelo Exército. Jobim alega que os batalhões de engenharia da Força estariam se atualizando, além de manter tecnologias de primeira linha utilizadas pelos militares. A continuidade dessas ações, para Jobim, só depende de vontade política para que os engenheiros do Exército continuem a exercê-las. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/02/08*).

3- Processo sobre Guerrilha do Araguaia permanece sem decisão judicial desde 1982

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, das 22 pessoas que em 19/02/1982 entraram com uma ação judicial contra a União, para que ela apresentasse documentos relativos à Guerrilha do Araguaia (1972-1975), muitas já faleceram sem receber informações definitivas acerca do processo. Eram parentes que solicitavam a localização dos corpos de guerrilheiros que foram mortos no conflito ocorrido durante o regime militar brasileiro. Em 2003, em sentença de primeira instância, a juíza Solange Salgado reconheceu o direito dos parentes terem acesso aos documentos, o que foi contestado pela Advocacia Geral da União (AGU) e, após a ação passar pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), não cabendo mais recurso, ainda não teve uma resposta conclusiva. Dessa forma, o procurador da República, Rômulo Moreira Conrado, solicitou que os dados sejam entregues em 15 dias, sob multa diária de 10 mil reais, alegando que a União já organizou e possui tais documentos. O juiz substituto da 1ª Vara Federal não se manifestou se atenderá ao pedido do procurador, mesmo constando que o processo se encontra "concluso para despacho", pelo juiz titular, desde 24/11/2008. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 09/02/2009*).

4- Exército é condenado por violar Direitos Humanos

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, condenada pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte, a União terá de pagar R\$93 mil ao ex-cabo Alysson Brilhante Duarte. A ação foi movida no ano de 2006, após o cabo se afastar do Exército. De acordo com relatos do mesmo, em 2002, quando participava de curso preparatório no 1º Batalhão de Engenharia e Construção de Caicó, João Batista de Assis, o segundo-sargento, teria iniciado uma sessão de tortura durante exercício realizado. O juiz que expediu a decisão destacou que o Exército brasileiro tem sua história marcada por fatos de agressão aos direitos humanos. O Exército alegou que irá recorrer da decisão, e a Advocacia Geral da União poderá entrar com um recurso no Tribunal Regional Federal (TRF). (*Folha de S. Paulo – Brasil – 12/02/2009*)

5- Transferência da Escola Superior de Guerra (ESG) é considerada inadequada

De acordo com o Jornal do Brasil, o projeto do ministro da Defesa, Nelson Jobim, de transferir a Escola Superior de Guerra (ESG), localizada no Rio de Janeiro, para Brasília foi considerado inviável por estudo encomendado pelo ministro. Tido como inadequado, o projeto acarretaria o afastamento da ESG em relação aos centros de

altos estudos Militares e de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas, além do exacerbado gasto, estimado em R\$ 54 milhões. O estudo apontou ainda como adequado manter a ESG no Rio de Janeiro e instituir apenas uma representação da mesma em Brasília. (Jornal do Brasil – Caderno B – 12/02/2009)

6- Presidente da Namíbia visita Escola Naval brasileira

A Escola Naval brasileira – principal órgão de formação dos oficiais da Marinha brasileira – recebeu a visita do presidente da Namíbia, que foi recepcionado pelo Comandante da Marinha do Brasil, no dia 12/02/2009. O Brasil, que contribui há 15 anos para a preparação dos homens da Marinha namibiana, forma, este ano, 126 militares deste país. (Jornal do Brasil – Caderno B – 12/02/2009)

7- Desempenho do Exército brasileiro é elogiado pelo CICV

No dia 11/02/09, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) ressaltou com elogios o desempenho do Exército brasileiro na missão de resgate dos reféns libertados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O Brasil participou da missão cedendo dois helicópteros Cougar e 18 militares para o resgate e transporte de seis reféns. O país não se envolveu nas negociações com as Farc, mas o CICV afirmou que o país agiu com neutralidade e discrição, cumprindo com eficiência sua missão. A organização agradeceu ao Exército brasileiro e chefes de delegações da CICV com base na Argentina e na Colômbia iriam se reunir com autoridades brasileiras sobre a abertura de perspectivas para novas operações. (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/02/09).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações

Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES).